

# ATAS

## X Congresso da APDEA

IV Encontro Lusófono em Economia, Sociologia,  
Ambiente e Desenvolvimento Rural

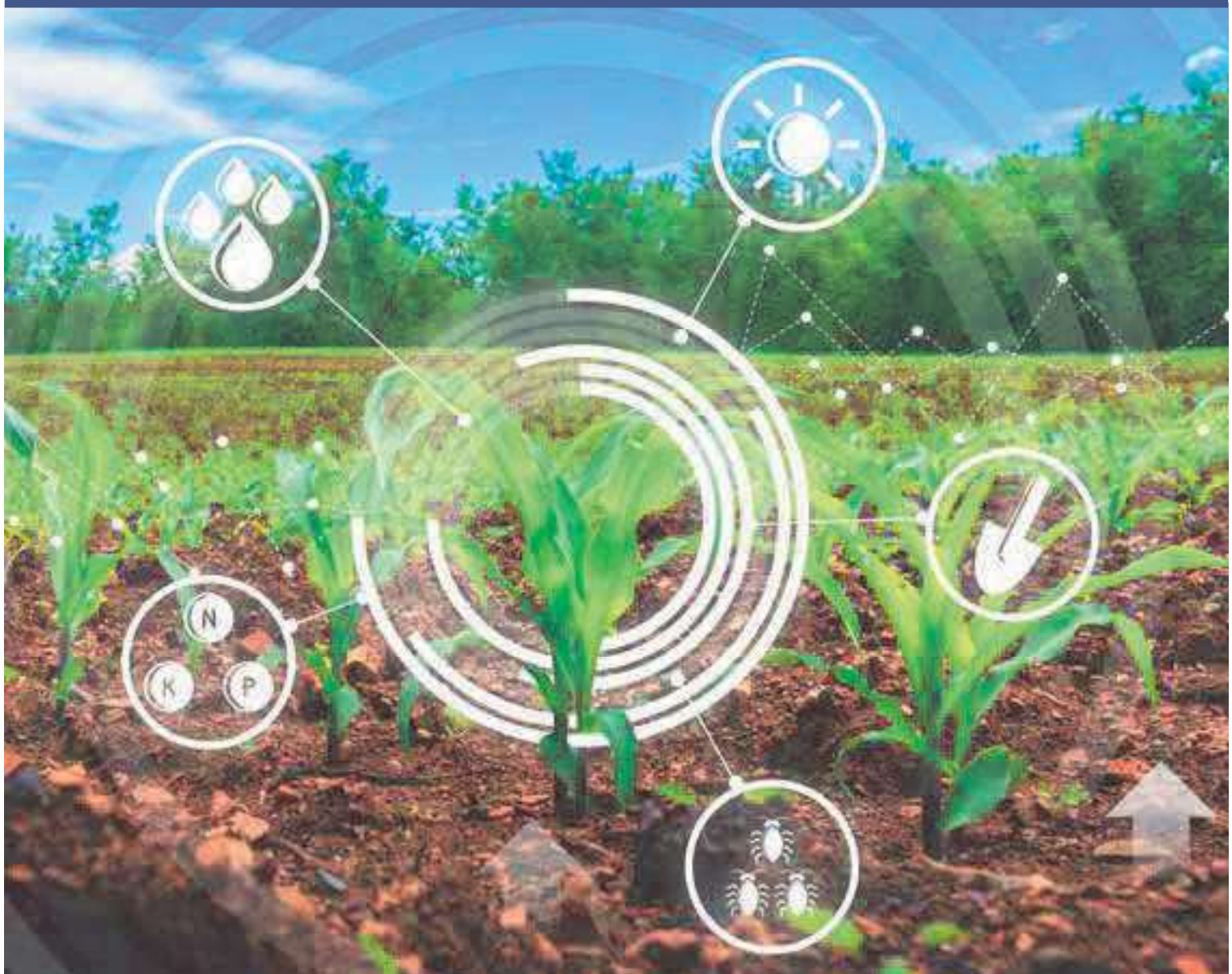
14 e 16 de setembro de 2022

Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Coimbra

COM O ALTO PATROCÍNIO  
DE SUA EXCELENCIA



*O Presidente da República*



**Territórios, Agriculturas e Agroalimentar: desafios globais e riscos no século XXI**

### Organização



### Parceiros



SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA,  
ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL

### Patrocínio dos Prémios





## Ficha Técnica

**Título:**

Atas do X Congresso da APDEA e IV ESADR

Territórios, Agriculturas e Agroalimentar: desafios globais e riscos no século XXI

**Editora:**

Associação Portuguesa de Economia Agrária

Tapada da Ajuda, 1349-017 Lisboa

info@apdea.eu

**Coordenadores da edição:**

Fátima Lorena de Oliveira

Ana Marta-Costa

Pedro Reis

**Autores:**

Vários

**Textos:**

Vários Autores

**Edição:**

Associação Portuguesa de Economia Agrária (APDEA)

**ISBN:**

978-972-8552-08-4 (Online)

**Paginação e arranjo gráfico:**

SEXTACOR – Soluções Gráficas, Lda.

www.sextacor.pt

sextacor@sextacor.pt

**Data:**

Março de 2023

**Distribuição gratuita****Limitação de responsabilidade**

O conteúdo e as opiniões expressas nos artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

# Recursos naturais e desenvolvimento local: caso estudo do município de Proença-a-Nova

Deolinda Alberto\*<sup>1</sup>, Celestino Almeida<sup>2</sup>, Domingos Santos<sup>3</sup>, João Neves<sup>4</sup>, Luís Quinta-Nova<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Instituto Politécnico de Castelo Branco & CERNAS - Centro de Estudos em Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade; deolinda@ipcb.pt

<sup>2</sup>Instituto Politécnico de Castelo Branco & CERNAS - Centro de Estudos em Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade; celestino@ipcb.pt

<sup>3</sup>Instituto Politécnico de Castelo Branco & CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais; domingos.santos@ipcb.pt

<sup>4</sup>Instituto Politécnico de Castelo Branco; ReThink - Grupo de Investigação em design para o Território; joaoneves@ipcb.pt

<sup>5</sup>Instituto Politécnico de Castelo Branco & CERNAS - Centro de Estudos em Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade Inova@ipcb.pt

## RESUMO

As estratégias territoriais são importantes instrumentos de apoio ao desenvolvimento local; tendo por base os recursos endógenos próprios de cada território, identificam os eixos estratégicos de intervenção e os projetos considerados prioritários no suporte ao ciclo de desenvolvimento local.

Território de baixa densidade, marcado pela recessão demográfica e pela ruralidade o município de Proença-a-Nova enfrenta o desafio de criar fatores de atração que afirmem a sua identidade e potencialidades e que ajudem a atrair e fixar novos públicos.

Proença-a-Nova assume-se como um território essencialmente rural onde a expressão da atividade florestal e agrícola é preponderante, muito por força das suas características morfológicas e climatológicas. Estas concorrem, ainda, indiretamente, para o elevado valor ambiental, paisagístico e até social que se reconhece ao território.

Deste modo, o modelo de desenvolvimento local proposto, definido através de uma metodologia participativa, alicerça-se nas múltiplas vertentes dos recursos naturais como fatores chave da competitividade territorial do município: a vertente económica relacionada com a floresta de produção e a agricultura orientada para o mercado; a vertente ambiental relacionada com a sustentabilidade dos ecossistemas e dos abundantes recursos hídricos existentes; a vertente desportiva e turística relacionada com os desportos em natureza, aproveitando os recursos já existentes (aeródromo das Moitas, via ferrata, percursos trail e BTT) e a vertente cultural ligada ao projeto em curso “Museu da Paisagem”.

Nesta comunicação far-se-á a caracterização do território e a apresentação do modelo de desenvolvimento proposto com base nos recursos naturais do território.

**Palavras-chave:** Recursos Naturais, Sustentabilidade, Desenvolvimento Local, Proença-a-Nova.

## 1. INTRODUÇÃO

Localizado na região Centro Interior de Portugal e fazendo parte da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, o município de Proença-a-Nova é um território com alguns problemas estruturais de desenvolvimento, nomeadamente a recessão demográfica, o envelhecimento da população e a fraca capacidade de atrair e fixar novos públicos; no entanto, possui um conjunto de ativos biofísicos, sociais e económicos que lhe conferem um potencial endógeno que importa mobilizar e valorizar.

O Planeamento Estratégico é reconhecido por um número crescente de autarquias como o instrumento privilegiado para privilegiado para catalisar esse processo qualificante de desenvolvimento sustentável.

Esta comunicação visa apresentar e discutir o processo de elaboração do Plano Estratégico do Município de Proença-a-Nova, realizado por uma equipa pluridisciplinar do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Este trabalho baseou-se no pressuposto básico que os municípios são atores fundamentais na definição das linhas orientadoras do processo de desenvolvimento e, assim, usou-se uma abordagem de proximidade e de ampla participação da população.

A comunicação começa por uma caracterização do município (ponto 2), segue-se a apresentação da metodologia de investigação (ponto 3) e o modelo de desenvolvimento proposto (ponto 4); o ponto 5 focaliza as múltiplas vertentes – produtiva, ambiental,

desportiva e cultural - dos recursos naturais que são o fator estruturante do novo ciclo de desenvolvimento sustentável que se inicia no município de Proença-a-Nova.

## 2. O MUNICÍPIO DE PROENÇA-A-NOVA: CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA, SOCIAL E ECONÓMICA

Território de baixa densidade, o município de Proença-a-Nova é marcado por uma acentuada ruralidade associada a núcleos urbanos estruturantes, nomeadamente em torno das sedes das quatro freguesias que compõem o concelho. Registe-se o tipo disperso de povoamento (101 lugares), com assimetrias territoriais marcantes - 69.5% da população residente está concentrada na União de Freguesias de Proença-a-Nova e Peral.

As atividades florestal e agrícola são preponderantes, muito por força das suas características morfológicas e climatológicas. Estas concorrem, ainda, para o elevado valor ambiental, paisagístico e até social que se reconhece ao território.

O território de Proença-a-Nova conta com um clima temperado mediterrânico, nitidamente influenciado pela continentalidade, englobando-se nos pisos bioclimáticos meso-mediterrânico húmido e sub-húmido. As suas características mais marcantes são a concentração das chuvas e a elevada amplitude térmica entre as quentes épocas estivais e os invernos rigorosos.

Em termos geomorfológicos trata-se de um território marcado por diversos apontamentos montanhosos e afloramentos rochosos, percorrido por diversos cursos de água, donde se evidenciam na parte norte, do concelho, que apresenta declives mais acentuados, o Cabeço da Espadana (954 m) e o Cabeço das Corgas (904 m). A parte sul é um pouco mais baixa e aplanada englobando toda a freguesia de S. Pedro do Esteval, acompanhando os leitos da Ribeira da Pracana e do Rio Ocreza, com cotas a variarem entre 200 e 300 m.

O município de Proença-a-Nova conta com dois geomonumentos de grande significado geológico e paisagístico: o monumento natural das Portas de Almourão no espaço de fronteira com o Vila Velha

de Ródão onde o rio Ocreza intersesta a Serra das Talhadas e o miradouro geomorfológico do Cabeço de Corgas localizado no bordo meridional da Cordilheira Central, a cerca de 900 m de altitude, donde se pode apreciar toda a serra das Talhadas, de topos nivelados, e a estrutura complexa do sinclinal do Ródão.

Além destes dois ex-libris geomorfológicos e paisagísticos, o território dispõe ainda de 11 geossítios, que engrossam o rico património geológico e mineiro do concelho.

Acrescenta-se ainda ao valor paisagístico, a riqueza da diversidade de flora e fauna que se podem encontrar na região. Em termos de flora destacam-se nomeadamente, os sobreirais, os azinhais, e as manchas de zimbro (*Juniperus oxycedrus*), que constituem um traço característico deste território. De salientar ainda a presença dos medronhais do *Phillyreo-Arbutetum typicum e viburnetosum tini*, os retamais, os piornais, os estevais, e das espécies ripícolas tamujo e freixo. Em termos de fauna destaca-se o reconhecimento de parte do território do concelho de Proença-a-Nova como uma IBA (*Important Bird Area*) onde se regista a presença constante de espécies de aves com elevado estatuto de proteção, entre as quais se destacam o grifo, a cegonha-preta, o bufo-real, a garça real e a águia-cobreira. Complementam este valor faunístico toda uma grande panóplia de aves menores e de natureza vulgar, bem como a presença dos pequenos mamíferos típicos destes territórios.

A floresta cobre a maior parte (66%) do município de Proença-a-Nova, compreendendo cerca de 26 mil hectares e assumindo, para além dos aspetos produtivos, uma enorme relevância pelo papel que desempenha em termos de proteção, regulação e suporte biofísico. As áreas agrícolas desenvolvem-se maioritariamente ao longo das principais linhas de água em zonas relativamente planas, em redor dos aglomerados urbanos e dentro dos próprios aglomerados. São constituídas por diversos sistemas culturais, com particular destaque para o olival, pomares de cerejeira e citrinos e a criação de caprinos, desempenhando simultaneamente um importante papel de valorização paisagística, para além do significado económico das suas produções.

Do ponto de vista social, a regressão e o envelhecimento demográfico, que se traduzem na dificuldade

em atrair e fixar população – sobretudo jovem, em idade ativa – corporizam dois dos maiores reptos que se colocam ao município de Proença-a-Nova.

Com uma população residente de 7170 habitantes e uma densidade populacional de 18,3 habitantes/km<sup>2</sup>, o município tem vindo a perder população, registando, atualmente, uma taxa de crescimento natural anual de -1,9%. (INE, 2021). Ressalta, igualmente, o elevado valor do índice de envelhecimento -395,7– o que significa que o número de idosos é, aproximadamente, quatro vezes superior ao número de jovens.

No que respeita ao indicador de rendimento da população verifica-se que o município está, claramente, abaixo das médias regional e nacional: em 2020 o rendimento bruto médio anual declarado por habitante foi de 7.013€ em Proença-a-Nova, para a região Beira Baixa este valor sobe para 8.764 € e a média nacional é de 9.676€ (INE, 2021).

O município de Proença-a-Nova tem sido criador líquido de empresas que, no setor não financeiro, segundo dados do INE, passaram de 746, em 2009, para 790, em 2019. Esse universo empresarial garantia, neste último ano, 1682 empregos por conta de outrem (INE, 2021).

Trata-se de uma estrutura empresarial onde predomina largamente a micro e pequena empresarialidade, que representa 97% do total de empresas. É importante notar, igualmente, o perfil diversificado da base económica do município que assenta numa paleta de atividades que vão do agroalimentar à transformação de madeira e ao fabrico de mobiliário, da produção de estruturas de construções metálicas à cerâmica, do corte e transformação de pedra à construção civil e obras públicas, passando pelo comércio, turismo e serviços, em síntese, um perfil dimensional que importa reforçar e um padrão diversificado de especialização económica.

No território o desemprego é residual e um dos principais constrangimentos ao desenvolvimento económico e ao crescimento das empresas é a dificuldade em contratar recursos humanos qualificados.

Torna-se, a este propósito, crucial assumir uma estratégia pró-ativa de atração e fixação de recursos humanos que possam prover níveis adequados de reposição dos pools de mão-de-obra, evitando, ao

tecido económico local, sobressaltos ou ruturas que poderiam acarretar fortes impactes negativos nas suas operações.

### 3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

A análise diagnóstica assentou na conhecida triangulação de dados obtidos através de fontes documentais de âmbito local, como o Plano Diretor Municipal, o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Ação do Concelho de Proença-a-Nova; sub-regionais, como a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa; regionais, de que são exemplo a Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro e a Visão Estratégica para a Região Centro 2030; nacionais, como o Plano de Recuperação e Resiliência e a Estratégia Portugal e o Acordo de Parceria Portugal 2030; fontes estatísticas diversas, como o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA).

Além disso, a elaboração do PEDPN envolveu uma forte aposta de trabalho empírico de auscultação da comunidade local, assente na realização de entrevistas semi - diretivas a um conjunto alargado de interlocutores privilegiados do concelho, de diversos setores de atividade pública, empresarial e associativa. O trabalho foi, periodicamente, alvo de análise e discussão com o Executivo da autarquia local.

Estava, igualmente, prevista a realização de sessões de *focus-group*, quer de natureza setorial quer transversal, mas, devido ao agudo contexto pandémico atravessado, o recurso a esse instrumento metodológico foi cancelado.

### 4. DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

#### 4.1. DO CONCEITO E UTILIDADE DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A utilidade de um processo de planeamento estratégico à escala local radica na riqueza e na diversidade das respostas que possa endereçar ao conjunto de stakeholders políticos, sociais, económicos e

culturais, avaliando as capacidades e o potencial endógeno, bem como as ameaças e as oportunidades que se podem abrir na trajetória de desenvolvimento prosseguida pela autarquia. O planeamento estratégico, que foi incorporado na análise territorial a partir das experiências bem-sucedidas na área da gestão empresarial, visa, no essencial, dar corpo a um modelo de políticas de desenvolvimento centradas na valorização e na capacitação do potencial endógeno das comunidades territoriais (Ferrão, 2002; Ferreira, 2007). O motor do processo de desenvolvimento passa a ser da responsabilidade dos atores locais – é um processo que decorre de “baixo para cima”, valorizador da base de recursos endógenos, mobilizador de vontades, participativo e antecipativo dos diferentes desafios futuros (Guerra, 2000).

O planeamento estratégico aplicado ao desenvolvimento territorial tem, porém, radicado essencialmente nos desafios associados à complexidade da grande escala urbano-metropolitana e à sua inserção competitiva na economia-mundo. Rareiam, por isso, os exemplos provenientes da pequena escala territorial, focados sobre territórios de baixa densidade demográfica e económica que são, normalmente, portadores de dinâmicas de desenvolvimento a que os princípios do planeamento estratégico podem fornecer um importante contributo de análise prospetiva (Güell, 1997; Fernandes, 2006).

A reflexão estratégico-prospetiva sobre um território possibilita levar em consideração uma lógica de futuro desejável e voluntarista nas orientações do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, superar as restrições e as contradições do curto prazo (Albrecht *et al.*, 2017). Permite, igualmente, dinamizar com atores públicos e privados, numa lógica de cooperação e de aprendizagem coletiva, uma consciência da necessidade de mudança rumo a objetivos de desenvolvimento sustentável, contribuindo, deste modo, para a tomada de decisões económicas mais eficientes e, sobretudo, eficazes, a equidade social e o respeito pelo meio ambiente.

O planeamento estratégico perfilha uma visão sistémica e construída da realidade territorial e nisso difere de outros instrumentos de planeamento, designadamente no domínio do planeamento urbano. Os planos de natureza urbanística preocupam-se, essencialmente, em localizar, definir e regulamentar os usos do solo e planificar as infraestruturas urbanas,

enquanto o objetivo primeiro do planeamento estratégico é garantir uma maior competitividade económico-territorial e uma maior qualidade de vida. Dito de outra forma, um plano estratégico pretende encontrar “modelos de desenvolvimento local”, ultrapassando a redutora dimensão linear e cartesiana do planeamento e do ordenamento biofísico – *bridging the gap*, como acentua Albrechts (2006) –, assim assumindo a complexidade socioeconómica e político-institucional da comunidade, o território, *latu sensu*, como variável-chave do processo de planeamento. Nesse sentido, vale tanto pelo processo como pelo produto – as dinâmicas participativas subjacentes à elaboração do plano devem consubstanciar momentos pedagógicos por excelência, indutores da ação concertada para a melhoria dos patamares de qualidade de vida, de reforço dos laços de coesão comunitária, de qualificação da economia local, numa abordagem enquadrada pelos princípios do desenvolvimento sustentável. O seu quadro de referência é a ação e, nesta aceção, é encarado como uma vontade coletiva e sistemática de produzir resultados e de os controlar tratando-se, em última instância, de um processo de racionalização da ação pública no quadro de um determinado território (Kemp, 2018).

O planeamento estratégico propõe uma abordagem moderna, adaptativa, como sugerem Rauws *et al.* (2016), em termos de desenvolvimento territorial, apoiada numa visão de médio/longo prazo. Coloca uma especial ênfase aos problemas estruturais, e menos aos conjunturais, ambicionando criar, em termos de gestão territorial, novas categorias de pensar e de agir que derivam do reconhecimento da crescente incerteza e complexidade do devir comunitário.

Nesse sentido, a utilidade da abordagem de planeamento estratégico justifica-se tanto para os grandes ou médios espaços urbano-metropolitanos, quanto para os pequenos territórios concelhios periféricos com problemas estruturais de desenvolvimento. Cremos, até, que pelo desequilíbrio das forças e dinâmicas dos mercados, pela omissão de políticas públicas, pela rarefação de atores empresariais e institucionais, bem como pela menor dotação de meios financeiros, mais pertinente se torna ainda o planeamento estratégico no âmbito municipal (Ferrão, 2011; Castaño *et al.*, 2017; Knob, 2017). Trata-se, no fundo, de as autarquias locais, no quadro das fronteiras da respetiva autonomia, procurarem ativamente soluções para os

seus problemas de desenvolvimento, nunca numa perspetiva insular e autárquica, mas num quadro dinâmico de cooperação multinível.

Num tempo em que, em Portugal, a generalidade dos municípios procura afirmar fatores de diferenciação face aos concelhos vizinhos, melhorar o seu posicionamento competitivo, gerar emprego em quantidade e qualidade e garantir elevados patamares de coesão social, os instrumentos de análise, diagnóstico e ação prospetiva disponibilizados pelo planeamento estratégico constituem uma oportunidade para responder, com mais segurança, aos desafios da sociedade e da economia contemporânea (Almeida *et al.*, 2022).

#### 4.2. DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Proença-a-Nova assumiu uma dupla faceta, configurando-se como um instrumento de apoio à decisão, quer para a autarquia, quer para o conjunto de *stakeholders* que vertebram a comunidade concelhia, bem como instrumento de comunicação interna e externa, uma dimensão que tem vindo a ser descurada num número significativo de planos estratégicos de âmbito municipal já realizados.

O PEDPN trabalha, como anteriormente sublinhado, numa perspetiva de médio-longo prazo, visando responder ao que o município pretende ser no final da década. Visa a afirmação do território proencense, ancorado num modelo de desenvolvimento competitivo, inclusivo e sustentável.

A concretização da estratégia territorial preconizada, baseia-se na transparência e numa política rigorosa de afetação e gestão de recursos, passa pelo aproveitamento do seu potencial biofísico e pela consideração das suas características socioeconómicas.

O PEDPN encontra-se ancorado, não só nos contributos dos agentes territoriais e da vontade política da Autarquia, como também na realidade territorial e socioeconómica. Assim, a estratégia para o município de Proença-a-Nova assenta nos seguintes eixos de intervenção:

i) promoção e valorização do património natural e paisagístico;

ii) dotação de infraestruturas e de equipamentos valorizadores do território urbano e rural, do seu capital simbólico e da sua identidade;

iii) projeção de um modelo de desenvolvimento local inclusivo e equitativo, com reforço das apostas na educação, saúde, cultura, desporto, respondendo, complementarmente, ao desafio do duplo fenómeno de envelhecimento demográfico;

iv) aposta no conhecimento e na inovação para estimular a valorização económica, o empreendedorismo de génese local, a captação de investimento e a oferta de emprego qualificado;

v) reforço dos canais de comunicação interna e externa, designadamente do ponto de vista da cooperação e do marketing territorial.

vi) Trata-se de um processo de co - elaboração de visão compartilhada de futuro, muito assente em mecanismos de auscultação aos diferentes stakeholders (político-institucionais, socioeducativos, empresariais, associativos, ...), da sua participação, contribuindo para a apropriação da estratégia pelo coletivo de atores municipais, públicos, privados, associativos. Filia numa conceção territorialista de desenvolvimento, *from below*, valorizadora dos recursos endógenos, mas, naturalmente, uma conceção que, filiando em raízes locais, não se pretende passadista nem fechada aos desafios de mudança. Assume, assim, também, uma clara visão *glocal*, de valorização do local, do território, do lugar, da pluralidade dos recursos endógenos, num quadro de abertura crescente ao mundo e reforço dos mecanismos de cooperação extra - local.

#### 5. RECURSOS NATURAIS - FATORES CHAVE DO DESENVOLVIMENTO

Partindo do princípio que a estratégia de desenvolvimento a adotar se deve alicerçar nos recursos endógenos e diferenciadores do território, foi realizada uma análise diagnóstica no sentido de identificar os fatores chave de competitividade do município de Proença-a-Nova. Concluiu-se que os recursos naturais constituem o principal ponto forte do território e, conseqüentemente, a estratégia de desenvolvimento

deveria assentar na sua preservação e valorização; assim, foi pensado um conjunto de ações articuladas que, cruzando as vertentes produtiva, ambiental, desportiva e cultural, materializassem o desenvolvimento e a competitividade do município.

### 5.1. VERTENTE PRODUTIVA

A floresta é uma componente incontornável na matriz de fatores de desenvolvimento do território de Proença-a-Nova, desde logo pela sua relevância em termos ambientais e paisagísticos, mas aqui também muito pelo interesse económico. Face à sua forte presença, em termos de áreas ocupadas e potenciais, a atividade florestal necessita de ser encarada segundo modelos organizacionais que envolvam aos produtores agrícolas e florestais, e que decorram essencialmente do conhecimento, da experiência e da dimensão dos interesses instalados. Deste modo será expectável a criação de unidades de exploração com dimensões significativas, e por consequência, uma geração de proprietários/produtores/gestores com uma perspetiva de negócio diferente, aos quais mais facilmente poderá ser prestado apoio em termos de conhecimento e organização da sua atividade, tendo em vista a salvaguarda dos seus interesses privados bem como, simultaneamente, os interesses do território.

Afigura-se vital uma intervenção focada no processo de organização dos produtores/prorietários no sentido otimizar a sua participação nas medidas de apoio ao desenvolvimento florestal (AIGP - Áreas Integradas de Gestão da Paisagem e “Condomínio de Aldeia”). A evolução do modelo organizativo deverá conduzir à criação de áreas de intervenção de considerável dimensão, a ponto de se poder calcular e prever a sua rentabilidade. Neste contexto considera-se que a autarquia (município e respetivas juntas de freguesia) será a entidade privilegiada para assumir uma iniciativa que denominaríamos projeto piloto de intervenção florestal.

Trata-se de empreender uma ação de natureza empresarial através da qual a autarquia obtém, à semelhança das ações de emparcelamento, o poder de posse e/ou uso das terras/propriedades, que no conjunto (agrupadas) compõem uma área significativamente interessante capaz de suportar o investimento que se considere necessário, para a sua

exploração a longo prazo, segundo os preceitos do desenvolvimento florestal sustentável preconizado para a região.

Assume-se que seguindo esta estratégia seria expectável o aumento do rendimento económico com base no aproveitamento sustentável dos recursos naturais, o aumento das amenidades ambientais, a mitigação do risco de incêndio e consequente incremento da rentabilidade das atividades dos atores locais, em suma a valorização do território de uma forma geral.

No que respeita ao setor agrícola, os sistemas culturais mais significativos são o olival, pomares de cerejeira e de citrinos e caprinicultura. As produções agrícolas ocorrem, essencialmente, sob objetivos de autosuficiência havendo, no entanto, um conjunto de produtores que asseguram participação no mercado, principalmente nos setores da fruticultura, viticultura e olivicultura.

Além destas culturas mais tradicionais outras novas poderão eventualmente ganhar relevo se algo for feito no sentido de contornar os estrangimentos com que atualmente se deparam, nomeadamente o acesso à terra e à água e a organização da produção e comercialização.

### 5.2. VERTENTE AMBIENTAL

A vertente ambiental é considerada de interesse estratégico relevante no modelo de desenvolvimento proposto, integrando aspetos como a valorização dos ecossistemas, a sustentabilidade das ações a implementar no território e a requalificação urbanística.

A estratégia de intervenção no município de Proença-a-Nova passa pela aposta numa economia e numa sociedade mais verde, acompanhando a emergência climática e incorporando as metas da descarbonização, através do apoio à inovação e à economia circular, beneficiando os métodos de produção sustentável. Para o efeito são propostos dois eixos estratégicos e respetivos planos de ação: Eixo 1 - Património Natural e Paisagístico (Preserva e regenera) e Eixo 2 - Ordenamento do Território e Revitalização Urbana (Estrutura e qualifica).

Os projetos/planos de ação propostos para o eixo 1 incluem (1) o apoio ao Desenvolvimento Florestal

através do fomento de um projeto piloto de intervenção florestal coordenado pela autarquia, em que se pretende gerir um conjunto de terrenos de acordo com os preceitos do desenvolvimento florestal sustentável preconizado para a região; (2) o projeto “Pintar a Paisagem” que consiste na promoção de um mosaico paisagístico numa área com enquadramento cénico privilegiado. Esta iniciativa será compatibilizada com as ações e objetivos do Museu da Paisagem; (3) a promoção do hotspot turístico do Sobral Fernando, em que se pretende criar uma dinâmica agregadora dos valores naturais e paisagísticos do local, no qual se destaca o Geomonumento das Portas de Almourão.

Já o eixo 2 contempla (1) medidas de requalificação urbana de diferentes localidades do município, com o intuito de melhorar a qualidade e da coerência do tecido urbano, bem como para a criação de pontos de referência que atuem como promotores da convivialidade da comunidade; (2) a implementação de um Plano de Ordenamento e Qualificação da Serra das Talhadas, em que se pretende prevenir os incêndios florestais, diminuir a área ardida, promover o redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão, aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais e monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais.

### 5.3. VERTENTE DESPORTIVA

O desporto enquanto fenómeno social é reconhecido por um conjunto de valores à volta dos quais se congregam e organizam clubes e associações desportivas que representam os interesses da respetiva comunidade. Neste âmbito, o município de Proença-a-Nova assume a relevância estratégica da aposta nos desportos de natureza e aventura, sustentados num conjunto estruturas de existentes (e.g., Via Ferrata, percursos pedestres, percursos BTT) e nos recursos naturais propícios à prática desportiva outdoor, sendo igualmente um fator de valorização turística do concelho.

Os projetos/planos de ação propostos incluem (1) um Programa de Promoção de Desportos de Natureza e Aventura que visa incentivar a prática desportiva outdoor no concelho, através da formação desportiva e fomento da atividade desportiva, envolvendo a realização de campos de férias desportivas, criação

da escola de escalada e a dinamização de eventos; (2) A elaboração da Carta de Desporto de Natureza e Animação Turística inclui identificação e caracterização das atividades desportivas implementadas ou futuramente a implementar na área afeta ao município e a elaboração um regulamento relativo à prática de cada atividade desportiva; (3) Criação de um Parque Aventura, que consiste num novo produto e serviço com uma inovadora oferta agregada, englobando várias valências turísticas, tendo por base a conjugação da prática de arborismo e escalada, com o potencial turístico da floresta, voltado para a população jovem local, mas visando, igualmente, a captação de turistas.

Além destes projetos agregadores, são contempladas outras iniciativas, designadamente a realização de um Congresso Internacional de Desportos de Natureza e Aventura, implementação de um Programa de Apoio e Promoção do Desporto Federado e promoção da Atividade Física para a População Sénior.

### 5.4. VERTENTE CULTURAL

As cidades, os municípios, as regiões, competem cada vez mais entre si, seja pela necessidade de atração ou fixação de novos públicos, captação de investimento, organização de eventos, promoção e valorização cultural ou turística, entre outras atividades. É neste contexto competitivo, dificultado pela geografia de um país dividido entre o litoral e o interior, onde Proença-a-Nova se confronta, mas onde a promoção do território, do seu potencial coletivo, dos seus atributos e atrativos, recursos e cultura local podem destacar-se.

Aumentar a notoriedade, competitividade e atratividade de Proença-a-Nova, num panorama regional, nacional e internacional, valorizando a diferenciação e a assunção da sua identidade e singularidade é determinante para a diferenciação do seu território, aliando o diverso património existente (natural, arquitetónico, material e imaterial).

Neste contexto surgiu o projeto Experimenta Paisagem, com o objetivo de promover a cultura, o património e as artes e simultaneamente, a valorização turística da região marcada pelo despovoamento, num processo sustentado nos recursos do território.

O Museu decorre do anterior projeto Cortiçada Art Fest, promovido pelos municípios de Proença-a-Nova, Oleiros e Sertã, que pretendeu contribuir para uma inversão da desertificação do território através de uma aposta consistente na cultura, mas também no desenvolvimento de uma identidade e um sentido de pertença da comunidade alargada dos territórios dos três municípios.

No contexto da valorização cultural de Proença, considerou-se ainda importante a proposta de criação de uma Rede Criativa de Proença-a-Nova, no sentido de agregar as indústrias criativas, nomeadamente o artesanato, o design, a arte e outras expressões culturais tradicionais através de projetos multidisciplinares, que combinam tradição com inovação, conhecimento, atração de novos atores e co-criação. O projeto pretende valorizar a arte e outras manifestações tradicionais e artísticas em rede, com epicentro no futuro Centro de Artes Tradicionais, que se articulará com múltiplos pontos de ligação nas aldeias, associações locais, municipais e outras organizações regionais.

de encontro a um conjunto de funções alargadas dos ecossistemas e de novas procuras por parte da população, nomeadamente, lazer, atividades na natureza, experiências gastronómicas e contato com a cultura local.

A valorização e posterior comunicação deste potencial endógeno passa pela definição de uma estratégia de desenvolvimento que envolva todos os atores locais e que permita, numa ótica de sustentabilidade, melhorar a competitividade do território.

O trabalho desenvolvido no terreno permitiu efetuar a análise diagnóstica, identificar os fatores chave do desenvolvimento, auscultar os problemas e anseios da população e da autarquia e propor um conjunto de ações potenciadoras do desenvolvimento do município.

Pensamos, assim, que a presente comunicação é um contributo para a prossecução de um dos objetivos do ESADR 2022 – debater e promover os processos de desenvolvimento local.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de frequentemente esquecidas, as regiões de baixa densidade como o município de Proença-a-Nova, apresentam um potencial endógeno que vai

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albrechts, L. (2006), Bridge the gap: From spatial planning to strategic projects. *European Planning Studies*, 14(10), 1487-1500.
- Albrechts, L, Balducci, A. e Hillier, J. (2017). *Situated Practices of Strategic Planning – an International Perspective*, Routledge, New York.
- Almeida, C.M., Alberto, D., Quinta-Nova, L.C., Santos, D. (2022). O processo de planeamento estratégico em municípios de baixa densidade populacional em Portugal. *Ciências Socialmente Aplicáveis: Integrando Saberes e Abrindo Caminhos IV*. Editora Artemis.
- Castaño, J. M., Hartmann, T. e Dewulf, G. (2017), Understanding the dilemmas of multifunctional regional planning. *Town Planning Review*, 88(5), 531-555.
- Fernandes, A.M.P. (2006). *Planeamento do Território e as Novas Estratégias Regionais de Desenvolvimento*, dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Ferrão, João (2002). Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajetórias territoriais de inovação, *Interações – Revista internacional de Desenvolvimento Local*. 3(4), 17-28.
- Ferrão, João (2011). *O Ordenamento do Território como Política Pública*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Ferreira, A.F. (2007). *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Güell, J.M.F. (1997). *Planificación Estratégica de Ciudades*, Gustavo Gili, Barcelona.

- Guerra, I. (2000). O Planeamento Estratégico das Cidades, Organização do Espaço e Ação Coletiva, *Cidades - Comunidades e Territórios*, 1, 37-55.
- INE (2021) [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_doc\\_municipios](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios) consultado em 4 de janeiro de 2022
- Kemp, R. (ed.) (2018). *Strategic Planning in Local Government. A Case Book*. Routledge, New York.
- Knob, A. (2017). *Planejamento Estratégico para os Municípios de Pequeno Porte no Contexto das Cidades Criativas*, dissertação de doutoramento, UNISINOS, São Leopoldo.
- Rauws, W. e De Roo, G. (2016), Adaptive planning: Generating conditions for urban adaptability. Lessons from Dutch organic development strategies. *Environment and Planning B: Planning and Design*, 43(6), 1052-1074.
- Sharifi, A. e Yamagata, Y. (2018), Resilience-oriented urban planning. *Resilience-oriented urban planning*, Springer, Cham, 3-27.